

Os diversos usos das áreas costeiras do Brasil e o “lugar” do pescador artesanal

A atividade de pesca artesanal exercida ao longo de toda a costa brasileira possui características que historicamente demonstram dinâmicas socioprodutivas, ambientais e culturais peculiares, que envolvem número significativo de famílias e que, por isso mesmo, devem ser preservadas e valorizadas. Apesar disso, a retórica mostra que essa não tem sido a prática recorrente. Em anos recentes, dentre as tentativas para discutir de forma mais democrática a gestão e as políticas para a pesca artesanal, estão os incentivos para consolidação da gestão compartilhada da pesca, bem como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias junto às comunidades pesqueiras no que tange o processo de licenciamento ambiental da atividade de petróleo. Assim, a presente proposta de trabalho pretende analisar os avanços e desafios impostos, que hoje se defrontam essas políticas no que refere-se à valorização e reconhecimento da tradicionalidade da atividade para esse grupo de trabalhadores – os pescadores artesanais da região costeira e marinha do Brasil, bem como a discussão sobre a vulnerabilidade que incorrerem essa classe de trabalhadores. Enfoque será dado na organização dos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, via Fórum da Lagoa dos Patos e, dos grupos de pescadores artesanais da Bacia de Campos no norte fluminense que participam das medidas mitigadoras e compensatórias da atividade petrolífera. O Fórum da Lagoa é uma das iniciativas de gestão compartilhada estabelecida desde 1996, com o apoio do estado, via Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e de órgãos da sociedade civil organizada. Passadas mais de duas décadas de sua criação, hoje o Fórum se mantém como um importante espaço de discussão sobre as questões pesqueiras da região estuarina do sul do país, porém sem a efetiva participação do estado. Por outro lado, a consolidação no início dos anos 2000 do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP), a cargo da Coordenação de Geral Petróleo e Gás (CGPEG) do IBAMA foi um importante avanço no sentido de “desenvolver processos educativos com a participação ampla de comunidades tradicionais e/ou com baixa capacidade de representação institucional e de organização sociopolítica (...)”. Porém, algumas limitações para a efetividade dessa importante instrumento precisam ser superadas. Assim, apesar dos avanços nas últimas décadas, a falta de robustez das políticas ambientais no Brasil, podem comprometer o uso sustentável dos recursos comuns, como é o caso dos recursos pesqueiros artesanais e, conseqüentemente, recorrer em vulnerabilidade ambiental e social para aqueles que dependem de tais recursos para sua subsistência e reprodução social.

Palavras-chave: pesca artesanal, políticas públicas, licenciamento ambiental, Bacia de Campos, Fórum da Lagoa dos Patos.

Referências

BRASIL. Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA N° 01/10. **Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás.** Rio de Janeiro, 2010.